2.º grau, nos termos do previsto no n.º 3 do art. 6.º e do n.º 2 do art. 2.º, ambos anexos à Portaria n.º 227/2015, de 3 de Agosto.

3 — Mais deliberou o Conselho Diretivo, que a nomeação da Coordenadora da Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais produz efeitos a 1 de janeiro de 2019.

15 de fevereiro de 2019. — O Alto-Comissário para as Migrações, *Pedro Calado*.

ANEXO

Nota Curricular da Coordenadora da Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais

Vera Susana Eloi da Fonseca, natural de Valada do Ribatejo, em 12 de novembro de 1975.

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Estudos da Mulher e Género com especialização em Ciências Políticas, pela Rutgers University — The State University of New Jersey (EUA), reconhecida pela Universidade de Coimbra.

Pós-Graduação em Direitos Humanos e Democratização pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Experiência Profissional:

Desde 4 de abril de 2014 — Técnica Superior no Alto Comissariado para as Migrações (ACM) a desenvolver funções no Núcleo das Relações Internacionais. Responsável por apoiar na elaboração de respostas, pareceres e relatórios a entidades nacionais e internacionais, nomeadamente na área dos direitos humanos e políticas de integração, bem como nas avaliações internacionais de Portugal na área dos direitos humanos.

Responsável pela área do *Mainstreaming* de género na área das migrações e comunidades ciganas no ACM.

Entre 2010 e 2018 — Consultora e formadora, na qualidade de perita em Igualdade de Género, em vários projetos de nível europeu e nacional. Entidades empregadoras incluindo: Comissão Europeia, Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS); Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

Entre 2013 e 2015 — *Stakeholder and Networking Officer* no Instituto Europeu para a Igualdade de Género em Vilnius, Lituânia. Responsável pela Coordenação de uma equipa de 4 pessoas na Agência da União Europeia, EIGE, a entidade responsável pela área da Igualdade de Género nos 28 Estados Membros da U. E.

Entre 2008 e 2012 — Mediadora Intercultural no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), no Departamento de Estudos e Relações Internacionais e no Departamento de Apoio ao Associativismo e ao Diálogo Intercultural.

Entre 2004 e 2008 — Técnica Superior na Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dedicada ao projeto “Migrações e Desenvolvimento.”

312096657

Deliberação n.º 226/2019

Nomeação da Diretora do Departamento de Apoio à integração e Valorização da Diversidade

Com a entrada em vigor da Lei Orgânica e dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro e pela Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, compete ao Conselho Diretivo proceder à designação dos Diretores de Departamento, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 1.º dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. em função de objetivos específicos e diferentes áreas de atuação.

Assim, o Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I. P., na sua sessão de 4 de janeiro de 2019, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, do artigo 21.º, n.º 1, alínea *h*) da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e da Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, n.º 1 do artigo 2.º, deliberou com efeitos a 1 de janeiro de 2019:

1 — Proceder à designação da Licenciada Maria Luisa Campaniço Ferreira Malhó, em regime de substituição, como Diretora do Departamento de Apoio à integração e Valorização da Diversidade, na dependência hierárquica do Alto-Comissário para as Migrações do ACM, I. P.

2 — Face à natureza, complexidade e tecnicidade das funções a desempenhar, é atribuído à Diretora do Departamento de Apoio à integração e Valorização da Diversidade, o cargo de dirigente intermédio de 1.º grau.

3 — A nomeada possui as habilitações académicas, capacidades adequadas e experiência profissional, evidenciados na síntese curricular em anexo à presente deliberação, do qual faz parte integrante.

15 de fevereiro de 2019. — O Alto-Comissário, *Pedro Calado*.

ANEXO

Nota Curricular da Diretora do Departamento de Apoio à integração e Valorização da Diversidade

Maria Luísa Campaniço Ferreira Malhó, nascida em 14 de dezembro de 1966, natural do Montijo.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Sociologia pelo ISCTE — IUL (1991).

Experiência profissional:

Diretora do Programa Escolhas entre janeiro de 2016 e dezembro de 2018

Coordenadora da Equipa de projeto de apoio técnico da Zona Lisboa do Programa Escolhas (2010-2015);

Coordenadora da Equipa de projeto de apoio técnico da Zona Sul e Ilhas do Programa Escolhas (2007-2009)

Técnica de Equipa da Zona Sul e Ilhas do Programa Escolhas (2004-2007)

Coordenadora de Bairro Responsável pelo Distrito de Setúbal do Programa Escolhas (2001-2004)

Coordenadora Geral do Centro Social Paroquial do Campo Grande, IPSS, Lisboa (1997-2001) Socióloga no Centro Jovem Tabor, IPSS, Setúbal (1992-1997)

312096957

Deliberação n.º 227/2019

Criação da Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais

Com a entrada em vigor da Lei Orgânica e dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro e pela Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, compete ao Conselho Diretivo proceder à criação de núcleos e equipas, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 1.º dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. em função de objetivos específicos e diferentes áreas de atuação.

Assim, o Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I. P., na sua sessão de 4 de janeiro de 2019, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, do artigo 21.º, n.º 1, alínea *h*) da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e da Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, n.º 2 do artigo 1.º, deliberou a criação de uma Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais, com efeitos a 1 de janeiro de 2019;

Neste sentido, o Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações delibera:

1 — Proceder à criação, na dependência hierárquica do Vogal do Conselho Diretivo, de uma Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais.

2 — A Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais visa desenvolver e implementar políticas de integração de migrantes, pessoas refugiadas e requerentes de asilo sensíveis ao género, com particular atenção às situações em que diferentes desigualdades se cruzam. A abordagem interseccional vem de encontro às recomendações europeias e internacionais — como a Convenção de Istambul do Conselho da Europa, a Década Internacional de Pessoas de Descendência Africana das Nações Unidas (2015-2024) e da Agenda 2030 das Nações Unidas — de forma a não deixar ninguém para trás;

3 — A Equipa de Projeto sobre Desigualdades do Género tem a seguinte missão:

Informar, sensibilizar e formar sobre a temática da desigualdade interseccional, dando visibilidade à realidade de grupos particularmente vulneráveis dentro da comunidade migrante, incluindo as pessoas refugiadas;

Promover e apoiar iniciativas para prevenção da discriminação interseccional.

4 — Para a prossecução da respetiva missão, estão-lhe adstritas as seguintes atribuições:

a) Transversalização das questões de género nas políticas, atividades e serviços de integração de migrantes, incluindo as pessoas refugiadas e das comunidades ciganas;

b) Implementação de medidas sobre Conciliação da Vida Familiar e Laboral (Programa do Governo e indicador QUAR para 2019);

c) Informar e sensibilizar acerca das desigualdades interseccionais, tendo neste âmbito competências para promover conteúdos e ações de formação e outras iniciativas de sensibilização;

d) Disseminação de informação e material sobre desigualdades interseccionais, nomeadamente através de conteúdos disponíveis no sítio da Internet do ACM;

e) Capacitação de profissionais que trabalham na área da integração de pessoas migrantes sobre discriminação interseccional (medida Plano/Estratégia Portugal + Igual);

f) Elaboração e disseminação de material informativo para intervenção junto de vítimas em situação de especial vulnerabilidade (mulheres migrantes, ciganas, refugiadas) sobre violência contra as mulheres e violência doméstica (medida Plano/Estratégia Portugal + Igual);

g) Elaboração e implementação de um plano de ação, no âmbito da Década Internacional de Pessoas de Descendência Africana (2015-2024), centrado nos 3 pilares considerados: Reconhecimento, Justiça e Discriminação Interseccional;

h) Participar e promover conferências nacionais e internacionais, contribuindo para o debate, partilha de experiências e disseminação de resultados, sobre desigualdades e discriminação interseccional, nomeadamente na área das mulheres migrantes e pessoas de descendência africana;

i) Participação em projetos nacionais e internacionais com enfoque nas desigualdades e discriminação interseccional (mulheres migrantes e refugiadas, mulheres ciganas, afrodescendentes);

j) Cooperar com outras entidades, públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e internacionais, designadamente associações da sociedade civil e mecanismos de igualdade (CIG, EU, EIGE, FRA, CoE, ONU);

k) Acompanhar e cooperar com redes nacionais e internacionais que trabalham as questões das desigualdades e discriminação interseccional (Rede Europeia das Mulheres Migrantes por exemplo);

l) Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Conselho Diretivo.

15 de fevereiro de 2019. — O Alto-Comissário para as Migrações, *Pedro Calado*.

312096713

Deliberação n.º 228/2019

Nomeação do Diretor do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes

Com a entrada em vigor da Lei Orgânica e dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro e pela Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, compete ao Conselho Diretivo proceder à designação dos Diretores de Departamento, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 1.º dos Estatutos do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. em função de objetivos específicos e diferentes áreas de atuação.

Assim, o Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I. P., na sua sessão de 11 de fevereiro de 2019, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, do artigo 21.º, n.º 1, alínea h) da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e da Portaria n.º 227/2015 de 3 de agosto, n.º 1 do artigo 2.º, deliberou com efeitos a 1 de março de 2019:

1 — Proceder à designação do Licenciado Vasco Miguel Galdes Fernandes Malta, em regime de substituição, como Diretor Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes na dependência hierárquica do Alto-Comissário para as Migrações do ACM, I. P.

2 — Face à natureza, complexidade e tecnicidade das funções a desempenhar, é atribuído ao Diretor do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, o cargo de dirigente intermédio de 1.º grau.

3 — O nomeado possui as habilitações académicas, capacidades adequadas e experiência profissional, evidenciados na síntese curricular em anexo à presente deliberação, do qual faz parte integrante.

15 de fevereiro de 2019. — O Alto-Comissário, *Pedro Calado*.

ANEXO

Nota Curricular do Diretor do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes

Vasco Miguel Galdes Fernandes Malta, nascido a 11 de agosto de 1981, em Castelo Branco

Habilitações Literárias:

2000-2004 — Licenciatura em Direito — Faculdade Direito Lisboa, Universidade Lisboa;

2010-2010 — Curso de Especialização em Direitos Humanos dos Imigrantes e Refugiados, Universidade Nova de Lisboa;

2012-2012 — Curso de especialização em migrantes e asilo, sobre as áreas de liberdade, segurança e justiça, Faculdade Direito Universidade de Lisboa;

2012-2013 — LL.M. (Master of Laws) “Law in a European and Global Context”, Católica Global School of Law

Experiência profissional:

2006-2009 — Advogado Associado na Sociedade “F. Castelo Branco & Associados”;

2009-2014 — Nomeado como Assessor Jurídico no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural;

2009-2014 — Designado responsável Jurídico da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial;

2009-2014 — Nomeado representante do Alto Comissariado junto da Comissão Nacional de Direitos Humanos;

2009-2014 — Nomeado representante do Alto Comissariado junto da Equinet — Rede Europeia de Organismos de Igualdade;

2009-2014 — Nomeado pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais como Oficial Nacional de Ligação para a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia;

2010-2014 — Apresentador de televisão e autor do conteúdo da rubrica “Consultório Jurídico” para o Programa da África RTP — RUMOS;

2012-2014 — Nomeado representante do Alto Comissariado junto da “Rede Ibero-Americana de Organismos e Organizações contra a Discriminação (RIOOD);

2013-2014 — Nomeado representante do Alto Comissariado junto do Comité Nacional para combate do discurso de ódio;

2014-2018 — Perito Nacional destacado junto da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais, coordenando, entre outros, a rede de Oficiais de Ligação Nacional da EU junto da Agência, a rede EU dos Pontos Focais dos Parlamentos Nacionais, o projeto EU Working Party on Hate Crime e foi ainda responsável pela cooperação entre a Agência e as redes de profissionais da justiça da EU;

2018-2019 — Nomeado como coordenador do núcleo Adjunto do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações.

312096762

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 2295/2019

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 7 de fevereiro de 2019, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 44.º, ambos do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, bem como da alínea c) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2018, de 25 de janeiro, foi determinado que o Conselheiro de Embaixada João Paulo Marques Sabido Costa, pertencente ao mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — carreira diplomática, colocado na Embaixada de Portugal em Islamabad, como Encarregado de Negócios com Cartas de Gabinete, pelo Despacho (extrato) n.º 7062/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 26 de junho, seja transferido para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos a 31 de janeiro de 2019.

8 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312056407

Despacho (extrato) n.º 2296/2019

Considerando que o técnico superior Milton David Amaral completou o período de três anos de comissão de serviço como Chefe de Chancelaria e Contabilidade na Embaixada de Portugal em Bruxelas.

Considerando ainda o bom desempenho e os resultados obtidos, refletidos no parecer do Senhor Embaixador de Portugal em Bruxelas, que refere a mais-valia do contributo prestado para o bom funcionamento da Embaixada e, sobretudo, da Secção Consular.

Por despacho do Secretário-Geral, de 4 de fevereiro de 2019:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 38.º e no n.º 7 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 47/2013, de 15 de janeiro, foi determinada a